



**AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI - ME**

CNPJ. 07.444.187/0001-61

# ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA

Prestação de Serviços

**AJS Prestação de Serviços Eireli - Me.**

**Rua Jorge Lima, 06 Sala 104 - Parte I - Centro - Mesquita  
Rio de Janeiro - CEP: 26.551-230**

**TELEFAX: (21) 3589-3423  
contato.ajsservicos@gmail.com**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 1ª REGIÃO  
DIVISÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELI – ME**, inscrita no CNPJ: **07.444.187/0001-61**, estabelecida na Rua Jorge Lima, nº 6 – Sala 104 – Parte I – Centro – Mesquita – RJ – CEP: 26.551-230, a qual Prestou de modo satisfatório os serviços continuados de mão de obra de **CONTÍNUO**, utilizando funcionários devidamente treinados para desempenharem suas funções. Outrossim, nada consta em nossos arquivos, que desabone a capacidade técnica e operacional na prestação dos serviços contratados.

**1. DADOS DO CONTRATO**

Contratante: **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PRT 1ª REGIÃO**

CNPJ: **26.989.715/0032-09**

Endereço: **Av. Churchill, 94 – Castelo – 7º ao 11º andar**

Contrato: **21/2014**

Vigência Inicial: **06/05/2014 a 06/05/2015**

Aditivos: **1º (Vigência: 06/05/2015 a 06/05/2016); 2º (Vigência: 06/05/2016 a 05/06/2016).**

Valor Mensal do Contrato: **R\$: 2.562,03 (Dois mil quinhentos e sessenta e dois reais e três centavos).**

**2. EFETIVO**

01 (um) posto de contínuo, envolvendo um (a) empregado (a), de segunda a sexta-feira, em horário a ser definido de acordo com necessidade e conveniência da Instituição e os limites estabelecidos na legislação trabalhista e na convenção coletiva da categoria, **respeitada a jornada semanal de 44 horas.**

**Rio de Janeiro, 03 de janeiro de 2017.**

**Valéria Fontes Torres**

Divisão de Gestão de Contratos – PRT 1ª Região  
Matrícula 6007174-5

**Celso Barreto de Almeida Filho**

Chefe da Divisão de Gestão de Contratos – PRT 1ª Região  
Matrícula 6000394-4





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

**CONTRATO Nº 21/2014**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE OPERACIONAL E APOIO ADMINISTRATIVO, PARA ATENDER À PROCURADORIA DO TRABALHO NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU, QUE ENTRE SI FAZEM A PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO E A EMPRESA AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME.**

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio da **PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**, CNPJ nº 26.989.715/0032-09, situada na Av. Churchill, nº 94, 7º ao 11º andares, Castelo, Centro, Rio de Janeiro/RJ, neste ato representada por sua Procuradora-Chefe, Doutora Teresa Cristina d' Almeida Basteiro, brasileira, divorciada, portadora da Carteira de Identidade RG nº 07774000-9 IFP/RJ, CPF nº 010.110.057-43, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 729, de 24.09.2013, do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral do Trabalho, publicada na Seção 2 do Diário Oficial da União de 25.09.2013, e, em sequência, designada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **AJS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-ME**, CNPJ nº 07.444.187/0001-61, situada na Rua Jorge Lima, nº 06 sala 104, Centro, Mesquita, CEP: 26.553-090-RJ, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo representante legal, o Senhor Sérgio Luiz dos Santos Martins, brasileiro, solteiro, gerente comercial, portador da Carteira de Identidade RG nº 04396687453 – DETRAN/RJ, CPF nº 012.307.527-06, conforme procuração anexada aos autos, assinada pela sócia Ana Paula Dias Ramos, brasileira, solteira, empresária, portadora da Carteira de Identidade RG nº 10131701-48 IFP/RJ, CPF nº 037.456.527-97, de acordo com a Segunda Alteração Contratual, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 2533299, em 02.09.2013, daqui por diante designada simplesmente **CONTRATADA**, tem, entre si, justo e avençado, e celebram, por força do presente instrumento e de conformidade com o disposto pela Lei nº 8.666/1993 e demais legislações pertinentes, consoante as condições estatuídas no Edital/Pregão nº 05/2014 e seus anexos, constantes do Processo 2.01.000.003309/2014-17, o presente CONTRATO objetivando a contratação de serviços de suporte operacional e apoio administrativo (transporte de bens, documentos e de processos), incluindo operação de fotocopadora e reprodução de fotocópias, destinados à Procuradoria do Trabalho no Município de Nova Iguaçu, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a contratação de serviços de suporte operacional e apoio administrativo (transporte de bens, documentos e de processos), incluindo operação de fotocopadora e reprodução de fotocópias, destinados à Procuradoria do Trabalho no Município de Nova Iguaçu, conforme descrito no Anexo I (Termo de Referência) do Edital/Pregão nº 05/2014 e tabela abaixo:

LOCAL	TIPO DE EMPREGADO	ENDEREÇO
PTM de Nova Iguaçu	Contínuo (1)	Rua Padre Viola, nº 36, Bairro Alvarez, Nova Iguaçu/RJ, CEP: 26255-430.

**PARÁGRAFO ÚNICO - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR**

A prestação de serviços descrita no *Caput* desta Cláusula obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Edital Pregão Eletrônico nº 05/2014, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela contratada em 24/03/2014, constante do Processo 2.01.000.003309/2014-17, que, faz parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrarie.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

**CLÁUSULA SEGUNDA - ENCARGOS DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE se obriga a:

1. relacionar-se com a CONTRATADA através do fiscal e da Divisão de Gestão de Contratos, que fará o acompanhamento e a fiscalização de todos os serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas saneadoras;
2. cumprir e fazer cumprir o disposto nas cláusulas contratuais;
3. prestar todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que a CONTRATADA venha a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados;
4. assegurar aos empregados da CONTRATADA, observadas as normas de segurança, o livre acesso às suas instalações quando devidamente identificados, e aos locais em que devam executar suas tarefas;
5. verificar se os empregados da CONTRATADA trabalham devidamente identificados, através de crachás com identificação da função e do nome, e uniformizados;
6. exigir da CONTRATADA, **a qualquer tempo**, documentação que comprove o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução do Contrato;
7. aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato;
8. disponibilizar instalações sanitárias e vestiários para os empregados da CONTRATADA;
9. colocar à disposição da CONTRATADA local para guarda dos saneantes domissanitários, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios;
10. conferir, vistoriar e aprovar os materiais entregues pela CONTRATADA, que deverão estar acompanhados de relação discriminada com as quantidades, espécies, pesos e volumes;
11. efetuar o pagamento à CONTRATADA na forma e no prazo estabelecidos no contrato;
12. liberar ou restituir à CONTRATADA a garantia prestada, após o fiel e integral cumprimento do contrato;
13. não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
  - a) exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;

- b) direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
- c) promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.

**CLÁUSULA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA se obriga a:

- 1. no início do contrato ou quando ocorrer substituição da mão-de-obra disponibilizada, apresentar formalmente (carta de apresentação) o empregado ao fiscal do contrato e entregar-lhe as seguintes documentações:
  - a. ficha cadastral do empregado, devidamente digitada e atualizada, contendo dados de identificação pessoal, endereço, valor salário e benefícios pagos ao empregado;
  - b. cópia autenticada da CTPS onde constem informações sobre o contrato de trabalho vigente;
  - c. cópia autenticada do atestado de saúde ocupacional (admissional ou periódico);
  - d. cópia autenticada da comprovação de formação/qualificação profissional exigida;
  - e. cópia autenticada dos recibos de entrega de uniformes, nos quais deverão constar todos os itens e quantidades estipuladas no contrato, bem como deverão estar datados e assinados pelo empregado;
  - f. cópia autenticada do termo de opção de recebimento de Vale Transporte, no qual deverá constar informação da quantidade e valor diários de Vale Transporte declarado pelo empregado;
  - g. cópia do histórico das férias usufruídas e/ou de férias marcadas para o usufruto durante a vigência contratual;
  - h. cópia do comprovante de pagamento antecipado de Vale Transporte e Vale Alimentação, a fim de atender o disposto no item 36, desta cláusula;
- 1.1. nos casos de substituição provisória ou definitiva de empregado, deverá ser informado, na carta de apresentação, o nome de quem o empregado passará a substituir, indicando o período (no caso de substituição provisória);
- 1.2. poderão ser apresentadas cópias simples, desde que os originais sejam apresentados ao fiscal para realizar a devida autenticação da documentação.
- 2. na implantação do contrato e, posteriormente, havendo alterações apresentar ainda:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

- a) cópia do **PCMSO** – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, de acordo com a Norma Regulamentadora nº 7 da Portaria nº 3.214, de 08.06.1997, do Ministério do Trabalho e Emprego;
  - b) relação dos empregados indicados para os serviços para que se possa avaliar a adequação de seu perfil às necessidades da CONTRATANTE;
  - c) escala de férias dos empregados, devidamente digitada e atualizada;
  - d) pessoa que realizará a **supervisão**, bem como seus contatos de e-mail e telefone.
3. implantar adequadamente o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências e equipamentos da CONTRATANTE de que fizer uso;
  4. no caso de falta ao trabalho, a CONTRATADA deverá apresentar empregado substituto no prazo máximo de **1 (uma) hora** após a comunicação da fiscalização, devidamente uniformizado, portando crachá de identificação, nos moldes previstos no **item 1 alíneas "b" e "d"**, no que couber;
  5. prover, por ocasião das férias ou outros afastamentos regulares ou ocasionais de seus empregados, a vaga respectiva, com uma pessoa exclusiva (cuja regularidade de sua situação laboral deverá ser previamente comprovada pela fiscalização, com análise das documentações previstas no **item 1** desta cláusula, no que couber), durante todo o período de afastamento do anterior ocupante da função, a fim de evitar indesejável rotatividade de empregados;
  6. somente proceder à transferência de pessoal após conhecimento da CONTRATANTE
  7. manter sempre atualizados, além do cadastro de empregados e dos atestados médicos, a folha de ponto dos mesmos, bem como um livro de ocorrências onde serão registradas todas e quaisquer comunicações que houver entre CONTRATANTE e CONTRATADA;
  8. garantir a continuidade da prestação dos serviços, providenciando a imediata correção de falhas e deficiências apontadas pela Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, quando necessário;
  9. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, prestando os serviços de acordo com as especificações e os prazos constantes do Termo de Referência do Edital/Pregão nº 05/2014, observando os encargos e responsabilidades previstos na Instrução Normativa IN/MARE nº 02, de 30/04/08;
  10. manter seus empregados devidamente identificados, através de crachás com identificação da função e do nome, e uniformizados, sendo vedado o uso e ingresso





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

nas dependências da Procuradoria de shorts, bermudas, camiseta sem manga (para homem), sandálias, chinelos ou qualquer outro item do vestuário incompatível com o decoro da Instituição CONTRATANTE;

11. fornecer uniformes aos empregados alocados para a prestação de serviço, **semestralmente**, às expensas da CONTRATADA, cujas as características básicas são:

Contínuo/Mensageiro Item	Quantidade		Especificação
	Inicial	Semestral	
Calça comprida	2	2	Com bolsos dianteiros e traseiros, em tecido com, no mínimo, 50% algodão.
Camisa de mangas curtas	2	2	Com logotipo da empresa gravado, em tecido 100% algodão.
Tênis	1 par	1 par	Em couro ou material sintético similar, na cor preta, com forração em tecido sintético.
Meia	4 pares	4 pares	Cor branca, em algodão.
Crachá	1	1	Com foto 3x4cm recente e colorida, e com identificação completa.

- 11.1. disponibilizar, até o início da execução dos serviços, em entrega única, todos os uniformes apresentados na tabela anterior.
- 11.2. na ausência de disposição específica em Acordo / Convenção / Dissídio Coletivo de Trabalho, a CONTRATADA deverá entregar um novo lote de uniformes após 06 meses contados do início da execução do contrato, e assim sucessivamente.
- 11.3. disponibilizar os uniformes nos tamanhos e medidas dos empregados, ficando a CONTRATADA responsável por realizar eventuais ajustes no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 11.4. todos os itens de uniformes estarão sujeitos à **prévia aprovação** da CONTRATANTE e, a seu pedido, deverão ser substituídos, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da comunicação escrita do fiscal do contrato, caso não correspondam às especificações, ou caso não atendam às condições mínimas de apresentação.
- 11.5. poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos uniformes quanto ao tecido, à cor e ao modelo, desde que previamente aceitas pela CONTRATANTE.
- 11.6. os uniformes deverão ser entregues aos empregados mediante recibo nominal, no qual deverá constar todos os itens e quantidades entregues ao empregado, bem como deverá estar datado e assinado pelos respectivos empregados. A cópia deste recibo deverá ser entregue ao fiscal do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis da realização da entrega dos uniformes.
- 11.7. a CONTRATADA não poderá exigir do empregado o uniforme usado, quando da entrega dos novos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

- 11.8. a CONTRATADA não poderá repassar os custos de qualquer dos itens de uniforme e equipamentos aos seus empregados.
- 11.9. a CONTRATADA deverá fornecer uniformes apropriados às empregadas gestantes, substituindo-os sempre que estiverem apertados.
12. manter o pessoal, quando em serviço, em totais condições de higiene pessoal, apresentando-se diariamente ao local de trabalho de maneira asseada, mantendo os cabelos curtos ou presos, barba feita (homens), higiene corporal e com uniforme limpo e completo;
13. exigir assiduidade e pontualidade de seus empregados;
14. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, prestando os serviços de acordo com as especificações e os prazos constantes no Termo de Referência do Edital/ Pregão correspondentes, bem como com observância dos encargos e responsabilidades previstos na Instrução Normativa IN/MPOG nº 02, de 30/04/08 e 03, de 15/10/2009;
15. determinar aos empregados que cumpram as obrigações abaixo relacionadas, quando em serviço nos postos de trabalho da CONTRATANTE:
- ser pontual;
  - apresentar-se e permanecer devidamente uniformizado(a) no posto de trabalho;
  - primar pelo discreto, educado, eficiente, ético e imparcial tratamento a ser dispensado aos Membros e Servidores da CONTRATANTE;
  - manter tratamento cordial com os servidores e membros da Procuradoria, bem como com os empregados das empresas terceirizadas que nela atuam;
  - zelar pela preservação do patrimônio da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região colocado à sua disposição para execução dos serviços;
  - não utilizar equipamentos eletrônicos (aparelhos de som, televisores, celulares, *tablets*, *ipods* e similares), jogos ou passatempos que possam prejudicar a atenção requerida ao serviço, evitando comportamentos desleixados (gesticulações, falar em tom alto e desagradável, sentar-se de forma displicente etc.);
  - não fumar no posto de serviço;
  - guardar sigilo dos assuntos pertinentes ao serviço
16. não permitir que seus empregados executem quaisquer outras atividades durante o horário em que estiverem prestando o serviço;
17. selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, com funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, evitando-se substituições constantes de mão-de-obra fornecida, a fim de não prejudicar a execução dos serviços contratados;







**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

29. pagar, até ao 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do vencimento da fatura mensal, os salários dos empregados utilizados nos serviços contratados, bem como recolher no prazo legal todos os encargos decorrentes da contratação dos mesmos, apresentando à administração da CONTRATANTE mensalmente os respectivos comprovantes;
- 29.1. efetuar, conforme o disposto na legislação trabalhista e de acordo com o art. 19-A, III, da IN SLTI/MPOG nº 2/08, o pagamento dos salários, 13º salário, férias e demais obrigações trabalhistas para com seus empregados, utilizados diretamente na prestação dos serviços contratados, **via depósito bancário na conta do trabalhador**, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da CONTRATANTE.
- 29.2. **o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas deverão ser mensalmente anexadas à nota fiscal/fatura.**
30. o comprovante de pagamento salarial deverá conter a identificação da empresa, a discriminação detalhada das importâncias pagas e descontadas, os recolhimentos fundiários, além dos demais elementos indicados na legislação trabalhista e na norma coletiva da categoria profissional;
31. comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, a quitação das obrigações trabalhistas, tributárias e fiscais;
32. repassar integralmente aos seus empregados os valores pagos referentes a vale-transporte e auxílio-alimentação;
33. realizar a entrega do vale-transporte e do auxílio-alimentação antecipadamente, a fim de permitir a utilização de ambos sem o emprego de recursos próprios do(s) empregado(s);
34. apresentar comprovante detalhado do pagamento mensal do vale transporte, devendo constar, necessariamente, o número de dias/mês, bem como o valor unitário e a quantidade de passagens utilizadas por cada empregado diariamente;
35. fornecer vale-transporte aos empregados ou proporcionar, por meios próprios ou contratados, em veículos adequados ao transporte coletivo, o deslocamento, residência-trabalho e vice-versa, de seus trabalhadores, respeitando o limite de desconto à título de participação no custeio do benefício estipulado em lei; em se tratando de fornecimento de vale-transporte, este deve ser estabelecido no quantitativo necessário para que cada empregado se desloque da residência ao trabalho e vice-versa durante todo o mês;
36. responsabilizar-se pelo transporte de seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE, e vice-versa, por meios próprios em casos de paralisação dos transportes coletivos, bem como nas situações onde se faça necessária a execução de serviços em regime extraordinário;





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

37. promover o pagamento dos salários e demais encargos trabalhistas e também fiscais nas datas regulamentares, independentemente de eventual atraso no pagamento da fatura por parte da CONTRATANTE;
38. não descontar os vencimentos e/ou auxílios de seus empregados, exceto vale-transporte, em virtude dos dias em que houver feriado somente para a Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região;
39. manter seus empregados devidamente segurados contra riscos e acidentes de trabalho;
40. cumprir, além das disposições legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança e disciplina instituídos pela CONTRATANTE, durante o tempo de permanência nas suas dependências;
41. manter sigilo, não reproduzindo, divulgando ou utilizando em benefício próprio ou de terceiros, sob pena de responder civil, penal e administrativamente, sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto contratual.
42. não transferir, no todo ou em parte, as obrigações do presente contrato, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;
43. manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
44. nomear um **supervisor, devendo identificá-lo formalmente à fiscalização e à gestão do contrato no início da contratação, inclusive seus contatos de e-mail e telefone**, que será responsável principalmente por:
  - a) implantar, de forma adequada, a planificação, a execução e a supervisão dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz;
  - b) comparecer no local da prestação de serviço, pelo menos quinzenalmente, ou quando solicitado pelo fiscal do contrato, a fim de garantir o bom andamento da prestação dos serviços, fiscalizando e ministrando orientação necessária aos executantes dos serviços;
  - c) reportar-se, obrigatoriamente, à fiscalização do contrato quando da realização da visita quinzenal e sempre que necessário;
  - d) receber as observações da fiscalização/gestão do contrato relativamente ao desempenho das atividades;
  - e) adotar todas as providências necessárias para a correção de quaisquer falhas detectadas, observando os prazos estabelecidos pela fiscalização do contrato;
  - f) instruir a mão de obra, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

- g) identificar as necessidades de treinamento e adequação da mão de obra;
  - h) cumprir e fazer cumprir as diretrizes da contratante, segundo determinação da fiscalização do contrato, dentro dos limites da contratação;
  - i) realizar a entrega e recolhimento da folha de ponto dos empregados, bem como de qualquer outra documentação ou benefício;
  - j) realizar a apresentação formal dos empregados que serão utilizados na prestação do serviço, entregando ao fiscal a documentação conforme estabelecido no **item 1** desta cláusula.
45. apresentar, sempre que solicitado pela PRT/1ª REGIÃO, Declaração, expedida pela Delegacia Regional do Trabalho/RJ, comprovando que a CONTRATADA encontra-se com sua CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), devidamente registrada na Seção de Segurança e Saúde do Trabalhador, de acordo com a legislação vigente, como condição à percepção mensal do valor faturado;
46. apresentar, sempre que solicitado pela PRT/1ª REGIÃO, Certidão Negativa de Multas e Débitos Salariais, em plena validade, expedida pela Seção de Fiscalização do Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho/RJ, conforme legislação vigente, como condição à percepção mensal do valor faturado;
47. informar, no início da execução dos serviços contratados, o horário do seu expediente administrativo, bem como disponibilizar os números de telefone dos integrantes da sua estrutura administrativa que tenham relação com o objeto do contrato;
48. a CONTRATADA deve assegurar a viabilidade do contato, durante o horário do expediente da CONTRATANTE (das 8h00 às 20h00);
49. apresentar, para fins de arquivamento no local de trabalho do empregado, a 1ª via do Atestado de Saúde Ocupacional, conforme item 7.4.4.1 da NR 7 - Programa De Controle Médico De Saúde Ocupacional, antes do início da execução dos serviços. Tal Atestado de Saúde Ocupacional deve obedecer a periodicidade determinada pelo item 7.4.3.2 da NR 7 - Programa De Controle Médico De Saúde Ocupacional;
50. a **Nota Fiscal/Fatura** deverá discriminar os serviços executados referentes ao objeto contratual e competência da prestação do serviço, o nº do contrato e aditivo a que se refere; ser também apresentada à Divisão de Gestão de Contratos junto com os documentos abaixo relacionados, pertinentes a todos os empregados utilizados na execução do contrato, relativos ao mês imediatamente anterior à prestação do serviço, sem os quais não serão liberados os pagamentos:
- a. relatório referente aos empregados utilizados na prestação de serviço, conforme modelo anexo;
  - b. cópia das folhas de ponto dos empregados, a qual deverá, obrigatoriamente, corresponder ao período entre o primeiro e último dia do mês imediatamente anterior à prestação do serviço;





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

- c. cópia da folha de pagamento dos empregados, onde deverão constar detalhadamente os valores pagos e descontos realizados, que compuseram a remuneração de cada empregado;
- d. cópia dos comprovantes de pagamento dos salários, 13º salário, férias e demais obrigações trabalhistas, via depósito bancário na conta do trabalhador. Nos comprovantes bancários deverá constar o nome do empregado, a data do crédito e o valor pago ao empregado;
- e. Cópia dos comprovantes de pagamento de vale-transporte. Caso o pagamento seja realizado por meio de cartão vale-transporte, a contratada deverá enviar cópia do relatório do cartão do empregado, onde conste a data e valor das recargas realizadas no período;
- f. cópia dos comprovantes de pagamento de vale-refeição. Caso o pagamento seja realizado por meio de cartão vale-refeição/alimentação, a contratada deverá enviar cópia do relatório do cartão do empregado, onde conste a data e valor das recargas realizadas no período;
- g. cópia dos comprovantes de realização de cursos e treinamentos de reciclagem, quando previstos em lei ou convenção coletiva;
- h. cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);
- i. cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);
- j. cópia da Relação de Tomador/Obra (RET);
- k. cópia do Relatório Analítico da GRF;
- l. cópia do Relatório Analítico da GPS;
- m. cópia do Comprovante de Declaração das Contribuições a recolher à Previdência Social e a outras Entidades e Fundos por FPAS;
- n. cópia da guia de recolhimento do FGTS (GRF) com autenticação mecânica ou acompanhada de comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quanto o recolhimento for efetuado pela internet;
- o. cópia da guia de recolhimento à Previdência Social (GPS) com autenticação mecânica ou acompanhada de comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quanto o recolhimento for efetuado pela internet;
- p. extrato individualizado do FGTS, contendo o histórico dos lançamentos mensais de cada empregado, emitido pelo Sistema da Conectividade Social/Empregador – CSE – Serviços ao Empregador da



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

Caixa Econômica Federal – CEF, por trabalhador posto a disposição desta Regional no período;

- q. cópia do termo de rescisão do contrato de trabalho, devidamente assinado pelas partes e homologado pelo respectivo sindicato (quando exigível), bem como comprovação do pagamento das verbas rescisórias e do atestado de saúde demissional, no caso de haver, no período, rescisão do contrato de trabalho de algum empregado envolvido na prestação de serviço;
- r. declaração de realocação sem interrupção do contrato de trabalho, no caso de realocação dos empregados em outra atividade diversa do objeto contratual;
- s. comprovante de encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e a CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), quando o encaminhamento se realizar no período;
- t. comprovação da vigência de seguro de vida em grupo, relativo aos empregados postos à disposição desta Procuradoria (anexa a 1ª Nota Fiscal e após periodicidade será semestral).

50.1. Poderão ser apresentadas cópias simples, desde que os originais sejam apresentados à Divisão de Gestão de Contratos para realizar a devida autenticação da documentação.

- 51. cumprir, imediata e independentemente de repactuação do contrato, as normas estabelecidas em dissídio da respectiva categoria profissional, tão logo tenha sido homologado, sobretudo no que se refira a aumento de salário;
- 52. executar, se solicitado previamente pela CONTRATANTE, os serviços em dias e horários distintos dos estabelecidos originalmente, podendo, nesse caso, haver compensação entre a carga horária semanal estabelecida e aquela prevista no dissídio da categoria envolvida.
- 53. não contratar empregado para prestar os serviços ora contratados que seja familiar de servidor e/ou agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONTRATANTE, em conformidade com o disposto no artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010.

53.1. considera-se familiar o cônjuge, ou companheiro, ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

- 54. no término do contrato ou quando ocorrer realocação dos empregados em outra atividade de prestação de serviços sem interrupção do contrato de trabalho ou rescisão do contrato de trabalho do empregado, deverá comunicar formalmente ao fiscal do contrato a realocação ou rescisão do empregado, apresentando-lhe as seguintes documentações:





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

- a) declaração de que o empregado foi remanejado para outro tomador de serviço, indicando a data do último dia trabalhado na PRT 1ª Região, no caso de realocação sem interrupção do contrato de trabalho;
- b) cópia autenticada do termo de rescisão do contrato de trabalho, devidamente assinado pelas partes e homologado pelo respectivo sindicato (quando exigível), bem como comprovação do pagamento das verbas rescisórias;
- c) cópia autenticada do atestado de saúde demissional, quando exigível.

**CLÁUSULA QUARTA - PREÇO**

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo objeto desta contratação, o preço global de R\$ 24.980,00 (vinte e quatro mil novecentos e oitenta e reais), durante a vigência deste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços efetivamente prestados, o valor total mensal de R\$ 2.081,67 (dois mil e oitenta e um reais e sessenta e sete centavos).

**CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado mediante ordem bancária em conta corrente da CONTRATADA ou por meio de ordem bancária para pagamento de fatura com código de barras, até o 10º (décimo) dia útil a partir do recebimento da Fatura/Nota Fiscal, que deverá discriminar os serviços executados e os materiais fornecidos, além de mencionar o nº do contrato e/ou termo aditivo a que se refere, conforme o caso.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente àquele em que foi prestado o serviço, a CONTRATADA deverá apresentar a Fatura/Nota Fiscal, acompanhada de **TODOS os documentos relacionados no item "50" da Cláusula Terceira**, pertinentes aos empregados utilizados na execução do contrato, sem o que não serão liberados os pagamentos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Ainda que a empresa não apresente a Fatura/Nota Fiscal no prazo supramencionado, não ficará desobrigada a apresentar o restante da documentação elencada no item "50" da Cláusula Terceira, no mesmo prazo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O atraso na apresentação, por parte da empresa, da fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo em igual número de dias de vencimento da obrigação do CONTRATANTE.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

**PARÁGRAFO QUARTO**

O pagamento só será efetuado à CONTRATADA após a comprovação do recolhimento das contribuições sociais a que estiver sujeita.

**PARÁGRAFO QUINTO**

Se constatadas irregularidades na nota fiscal, quer por erro em seus valores, quer por omissão de dados ou elementos identificadores do respectivo pagamento, esta será devolvida à CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEXTO**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamentos, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, será de 6% a.a. (seis por cento ao ano), mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

I = índice de atualização financeira = 0,0001643, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,0001644$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**PARÁGRAFO SÉTIMO**

A compensação financeira prevista no Parágrafo Sexto será incluída na Nota Fiscal/Fatura seguinte ao da ocorrência.

**PARÁGRAFO OITAVO**

Na hipótese de eventual antecipação de pagamentos, fica convencionado que a taxa de desconto será a mesma aplicada no Parágrafo Sexto.

**PARÁGRAFO NONO**

À PRT 1ª Região fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, durante a execução dos serviços, estes não estiverem em perfeitas condições, de acordo com as exigências contidas neste Edital e seus anexos.

**PARÁGRAFO DEZ**

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

**PARÁGRAFO ONZE**

As condições de habilitação e qualificação exigidas nesta licitação deverão permanecer durante a vigência do Contrato. A regularidade exigida no item 12.1 e alínea do Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2014, bem como a regularidade perante a Justiça do Trabalho, serão verificadas previamente à contratação e antes de cada pagamento a ser feito à CONTRATADA, devendo seu resultado ser impresso e juntado, também, aos autos do processo próprio.

**PARÁGRAFO DOZE**

Em atendimento às disposições da Lei n.º 9.430/1996, regulamentada pela Instrução Normativa SRF n.º 480/SRF, de 15.12.2004 e suas alterações ou normatização que vier a lhe substituir, **serão procedidos os recolhimentos dos impostos nas alíquotas mencionadas na Lei e Instrução Normativa, no ato do pagamento de cada parcela.**

**PARÁGRAFO TREZE**

Caso a CONTRATADA seja optante pelo "SIMPLES", não serão feitas as retenções de que tratam as citadas instruções normativas, ficando a CONTRATADA nesse caso obrigada a apresentar declaração, na forma do Anexo IV da Instrução Normativa SRF nº 480, de 15/12/2004, em duas vias, assinadas pelo seu representante legal, **ressalvada a hipótese de exclusão obrigatória do Simples Nacional.**

**PARÁGRAFO QUATORZE**

Serão descontados do valor mensal contratado, na ordem de 1/30 avos, as faltas ao serviço dos empregados da CONTRATADA e, ainda, proporcionalmente, as horas não trabalhadas oriundas de atrasos dos empregados, inclusive daqueles destinados à cobertura de faltas.

**CLÁUSULA SEXTA - DA REPACTUAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato poderá ser repactuado, visando sua adequação aos novos preços de mercado, observados o interregno mínimo de **1 (um) ano, a contar da data-base** do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, ou à época da última repactuação, e a demonstração analítica da variação dos componentes de custos do contrato, devidamente justificada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A CONTRATADA poderá exercer o seu direito à repactuação dos preços da data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Os pedidos de repactuação serão analisados e decididos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento pela Divisão de Compras e Contratos desta Regional acompanhados dos comprovantes da variação dos custos respectivos.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

**CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, de **06/05/2014 a 06/05/2015**, podendo, após esse período, ser prorrogado, ainda, por mais 48 (quarenta e oito) meses, na forma do inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/1993.

**CLÁUSULA OITAVA - ALTERAÇÃO**

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8.666/1993 e alterações.

**CLÁUSULA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão, no presente exercício, à conta da Categoria Econômica 3.0.00.00 - Despesas Correntes; 3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes; 3.3.90.00 - Aplicações Diretas; 3.3.90.37 - Locação de Mão de Obra; 3.3.90.37-01 - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional, do Programa/Atividade 03062058142620001, constante do vigente Orçamento Geral da União e no próximo exercício, à conta da dotação orçamentária prevista para atender despesas da mesma natureza.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Para a cobertura das despesas relativas ao corrente exercício, foi emitida a Nota de Empenho nº 2014NE000430, em 03 de abril de 2014 à conta da dotação especificada nesta Cláusula.

**CLÁUSULA DEZ - PENALIDADES E RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Sem prejuízo da sanção prevista no item 14.1 do Edital/Pregão nº 05/2014 e de conformidade com o estabelecido nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) multa de mora de 0,5% (cinco décimos percentuais) sobre o valor total contratado, a critério da Administração, por dia de atraso, em que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas, sem prejuízo das demais penalidades. Após o 10º (décimo) dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais serem aceitos, configurando-se a inexecução do contrato, com as consequências previstas em lei e neste ato convocatório;
- b) pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:
  - b.1) advertência;
  - b.2) multa indenizatória de até 10 % (dez por cento) sobre o valor global do contrato, a critério da administração;
  - b.3) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

- b.4) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

As multas serão descontadas dos pagamentos devidos a CONTRATADA, decorrentes do contrato, e na ausência desses créditos ou a sua diferença, o saldo deverá ser pago através de GRU – Guia de Recolhimento da União e comprovado perante a Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Após a aplicação de qualquer penalidade prevista nesta cláusula, realizar-se-á comunicação escrita à empresa, constando o fundamento legal da punição, e, caso a empresa seja cadastrada no SICAF, o fato será registrado no mesmo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

De acordo com o artigo 88, da Lei n.º 8.666/93, poderão também ser aplicadas as sanções previstas nas subalíneas “b.3” e “b.4” desta Cláusula às empresas ou aos profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da contratação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**PARÁGRAFO QUARTO**

Da aplicação das penas definidas nesta Cláusula, caberá a defesa prévia no prazo de 05 (cinco) dias úteis da intimação do ato.

**PARÁGRAFO QUINTO**

As sanções previstas nas subalíneas “b.1”, “b.3” e “b.4” poderão ser aplicadas juntamente com a da subalínea “b.2”.

**PARÁGRAFO SEXTO**

Das penalidades referidas nesta Cláusula, exceto para aquela definida na subalínea “b.4”, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação do ato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

**PARÁGRAFO SÉTIMO**

No caso de declaração de inidoneidade, prevista na subalínea "b.4", caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

**PARÁGRAFO OITAVO**

Os recursos serão dirigidos a Exma. Senhora Procuradora-Chefe da **PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO - Av. Churchill, nº 94, 11º andar, Castelo, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20020-050**, por intermédio da **Sra. Neuzeli Villar Nogueira Calheiros - Diretora Regional**, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse prazo, encaminhá-los a Exma. Senhora Procuradora-Chefe, que sendo devidamente informada, fará a sua apreciação e decisão no mesmo prazo.

**CLÁUSULA ONZE - RESCISÃO**

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

A rescisão do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos Incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato.
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração; e
- c) judicial, nos termos da legislação.

A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**CLÁUSULA DOZE - VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

Os empregados e prepostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

**CLÁUSULA TREZE - GARANTIA DO CONTRATO**

A CONTRATADA, de acordo com o art. 56 da Lei nº 8.666/1993, com as alterações que lhe foram introduzidas, coloca à disposição da CONTRATANTE, uma garantia no valor de **R\$ 1.249,00 (mil duzentos e quarenta e nove reais)**, na modalidade **depósito caução**, que será renovada sempre que este for prorrogado.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Para corrigir eventuais imperfeições verificadas na execução dos serviços contratados ou garantir o ressarcimento por danos causados durante a execução dos serviços ou, ainda, no caso de rescisão deste Contrato por culpa exclusiva da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá utilizar-se da garantia, revertendo-a em seu favor, na sua totalidade ou pelo saldo que apresentar, sem prejuízo das perdas e danos apurados, assim como utilizá-la para desconto de multas decorrentes de penalidades.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Se o valor da garantia contratual for utilizado pela CONTRATANTE para o pagamento de qualquer obrigação da CONTRATADA, esta se obrigará a fazer a respectiva reposição no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE, mediante correspondência entregue contrarrecibo.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

A referida garantia somente será restituída à CONTRATADA, após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

**CLÁUSULA CATORZE - DA FISCALIZAÇÃO**

A gestão documental do contrato em referência incumbirá ao Chefe da Divisão de Gestão de Contratos, o Servidor Marcus Cesar Leite Costa (matrícula nº 6005681-9); a fiscalização operacional, à Chefe da Secretaria da Procuradoria do Trabalho no Município de Nova Iguaçu, o Servidor Roberto Lúcio de Matos Ferreira (matrícula nº 6003091-7), que deverá adotar as providências necessárias à fiel execução dos serviços contratados e informar à Diretoria Regional toda e qualquer irregularidade porventura não imediatamente sanada pela contratada.

**CLÁUSULA QUINZE - DA PUBLICAÇÃO**

Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o contrato, inclusive a publicação de seu extrato e eventuais termos aditivos no Diário Oficial da União, que deverá ser providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, sendo seu valor deduzido da primeira Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA.

*am*

*[Assinatura]*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**

**CLÁUSULA DEZESSEIS – DO FORO**

Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato, lavrado em duas cópias de igual teor e forma, assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2014.

**Fábio Goulart Villela**  
**Procurador-Chefe Substituto**  
**MPT-PRT / 1ª Região**

**Teresa Cristina d'Almeida Basteiro**  
**Procuradora-Chefe**  
**Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região**

**Sérgio Luiz dos Santos Martins**  
**Representante Legal**  
**AJS Prestação de Serviços Ltda-ME**

**CARTÓRIO MESQUITA**

Testemunhas:

Nome: **Magda Niemayer Garcia**

CPF: **080.741.647-99**

Nome: **Cristina Lopes de Souza**

CPF: **620.888.409-82**

Cartório do 10º Ofício de Mesquita - RJ  
Rua Prefeito José Montes Paixão, nº1969, Mesquita/RJ - (021)3763-4978  
Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de SÉRGIO LUIZ DOS SANTOS MARTINS,  
e dou fe.  
Mesquita-RJ, 25 de abril de 2014. Cód.: **144**

**NICHELLE RAMOS DA SILVA NASCIMENTO ARAUJO-SUBSTITUTA**  
Btd 1 - FEIJ R\$: 0,84 - FUNPERJ R\$: 0,21 - FUNPERJ R\$: 0,21 - Total R\$: 1,26  
EAEF62179-EF1. Consulte em <https://www3.tjrj.jus.br/sistema>

**Nichelle Ramos da Silva Araújo**  
**SUBSTITUTA**  
**CPTS Nº 74959 S/ 141 RJ**

